

VIAGEM CANCELADA: O preconceito que limita o ir e vir da comunidade

Pelo direito à MOBILIDADE

População LGBTQIAP+ tem o direito básico de ir e vir cerceado por ameaças. Série do **Correio** mostra a violência a que a comunidade está sujeita no transporte público: foram 200 casos de violações registrados no país desde janeiro de 2020

» ALINE BRITO
» PEDRO GRIGORI
» TALITA DE SOUZA

A lace ruiva e a maquiagem extravagante chamam a atenção dos passageiros no vagão do metrô de Brasília. O top cropped com mangas bufantes, nas cores da bandeira LGBTQIAP+, e a sombra nos olhos com o mesmo arco-íris dão o tom de quem é a drag queen Bessha Loka. Naquela noite de sexta-feira, como em muitas outras, ela enfrentou — literalmente — o transporte público para ir trabalhar.

Por trás da persona artística de Bessha Loka há o jovem gay Anderson Viana, 24 anos, que usa a integração entre ônibus e metrô para chegar aos compromissos profissionais e de lazer da drag. E o artista nunca passa despercebido: recebe olhares, elogios e provocações. “Olha lá o viadinho, já vai fazer palhaçada”, “os pais dele devem ter desgosto disso” estão entre as mais comuns. “A mais marcante para mim foi uma vez que estava no ônibus e um homem começou a falar que se ele fosse a morte, ele me matava”, recorda.

O Art 5º da Constituição Federal diz que todos são iguais perante a lei, e o inciso XV assegura o direito de ir e vir do brasileiro: “É livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens”. No entanto, nem mesmo um dos direitos mais básicos de um cidadão é inteiramente assegurado para uma parcela da população.

Preconceito

No Brasil, ainda há pessoas que precisam se esconder ao subir em um ônibus; há casais que se sentem obrigados a sentar em cadeiras distantes dentro de um vagão de trem; e há até mesmo pessoas que são impedidas de entrar em um carro de aplicativo.

Um levantamento inédito feito pelo **Correio Braziliense** a partir de dados do Ministério dos Direitos Humanos identificou o registro de 200 casos de violações dos direitos humanos contra membros da comunidade LGBTQIAP+ em ônibus e metrô entre janeiro de 2020 e junho de 2023. Os números foram obtidos a partir de denúncias recebidas pela Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos, por meio do Disque 100, Disque 180 ou do aplicativo oficial da pasta.

Os dados, no entanto, representam apenas um vislumbre da real situação que a comunidade enfrenta. Uma pesquisa do Instituto Locomotiva diz que 49% dos LGBTQIAP+ já sofreram algum tipo de preconceito dentro de um transporte público, mas apenas 1% destes denunciou o ocorrido.

A partir de hoje, o **Correio** publica a série de reportagens *Viagem cancelada: o preconceito que limita o ir e vir da comunidade*, que mostra a batalha dos LGBTQIAP+ para se locomover em segurança.

Benjamin Figueredo/CB/D.A Press



Anderson Viana sai montado para apresentar shows como a drag queen Bessha Loka. Ele pega dois ônibus e o metrô até chegar ao destino



Assista ao vídeo do trajeto da drag queen no transporte público

A rotina de uma drag

Em 7 de julho deste ano, última sexta-feira antes da Parada do Orgulho LGBT de Brasília, a reportagem do **Correio** acompanhou a ida ao trabalho da drag queen Bessha Loka. Percorremos 16,5km durante uma hora e meia para entender como a sociedade enxerga a diversidade no transporte público.

Era noite quando nos encontramos com Anderson Viana, já montado como Bessha Loka. Ao lado da figura de 1,75m, caminhamos cerca de 10 minutos até uma parada de ônibus em Samambaia Sul, onde esperamos por um circular até o metrô. “Gostosa!”, gritou um homem que passava de carro.

Ao entrar no ônibus, Bessha cumprimenta o motorista com um “boa noite”, mas ele vira o rosto e não a responde. Ela senta em uma cadeira enquanto confere o look pré-pronto para o trabalho. Os lábios marcados com um batom marrom escuro, brinços grandes e redondos e um colar igualmente chamativo. Vestida em um moletim preto e uma sandália havaiana, que seriam trocados por uma meia-calça branca e um salto alto assim que ela chegasse ao Vale Lounge Bar, no Guará.

Desde o momento em que pisou no veículo até sair dele,



Bessha foi analisada por cada passageiro. Na estação de metrô, embarcamos em um trem com destino à Central e nos sentamos do outro lado do vagão, onde pudemos observá-la de longe. Dentro do metrô, as pessoas parecem menos incomodadas com a presença da drag queen, mas continuam surpresas por vê-la ali.

Uma mulher se senta ao lado da drag e elogia a maquiagem dela. “Linda”, diz a passageira. Saímos do metrô na Estação Guará e caminhamos até uma parada de ônibus, onde entramos em um circular para o Guará 2 — a última integração até o destino final. No veículo, outra mulher elogia a maquiagem da drag queen, enquanto um homem solta um “linda” ao passar perto dela.

Vulnerável

“Posso estar montada parecendo uma palhaça, mas estou vulnerável ao assédio. Eu fico com mais medo de sair montada quando

estou bem ‘mulherzona’. Fico com medo do que pode acontecer na rua ou dentro do transporte público. Já tive que bater de frente com um homem que estava sendo ridículo comigo”, relata.

Ao descer do ônibus, a drag escuta o murmuro de um passageiro. “Esses baitolas...”, diz o homem. Caminhamos por mais cinco minutos até a boate, enquanto ela desabafa sobre o ocorrido. “No começo eu ficava triste e com medo desse tipo de situação, mas hoje eu penso que tenho minha família que me apoia, meus amigos que me amam, por que vou dar ouvidos a esses preconceituosos que são ninguém na minha vida?”

Ter feito o trajeto acompanhado da reportagem pode ter ajudado a inibir os ataques, avalia a drag. “Geralmente eu ouço bem mais ofensas e percebo mais olhares maldosos”, garante. “Para essas pessoas, nós somos menos que um objeto: somos nada”, desabafa Bessha

Loka, antes de abandonar o tom triste e vestir a persona de artista para o show da noite.

Violência naturalizada

Na semana seguinte, o **Correio** esteve no gabinete 24 da Câmara Legislativa do DF, onde trabalha o primeiro parlamentar assumidamente gay da capital. O deputado distrital Fábio Félix (PSol) é membro da Comissão de Transporte e Mobilidade Urbana e presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos da Casa, e classifica a hostilidade no transporte público como um problema de “estrutura social de opressão e preconceito, patrocinada por alguns setores fundamentalistas ultra conservadores e odiosos da sociedade”. “Eles tentam desumanizar a população LGBTQIAP+ e naturalizar essas condutas de violência”, diz.

“Desde o transporte público até os lugares de elite, essas pessoas que negam a nossa



Eu fico com mais medo de sair montada quando estou bem ‘mulherzona’. Fico com medo do que pode acontecer na rua ou dentro do transporte público. Já tive que bater de frente com um homem que estava sendo ridículo comigo”

Bessha Loka, drag queen

existência e que não aceitam nossa cidadania e os nossos direitos estão em todos os territórios da cidade”, constata Fábio. No entanto, cenários como o transporte público propiciam momentos de vulnerabilidade, devido, por exemplo, à falta de acesso a saídas rápidas ou de autoridades de segurança enquanto se está em movimento.

O Brasil não faz parte do grupo de 73 países em que a relação homossexual é considerada crime, no entanto, registra mais mortes violentas entre essa população. De acordo com o último relatório do Grupo Gay da Bahia, 256 mortes violentas de membros da comunidade LGBTQIAP+ ocorreram no país em 2022.

O número significa um óbito a cada 34 horas. Quase metade dos crimes tem como alvos jovens entre 13 e 29 anos. Mais de 3% dos assassinatos ocorreram em rodovias ou estradas, e não há registro de homicídios dentro de veículos de transporte público.

Susana Xavier, professora e membro do Conselho de Direitos Humanos da Universidade de Brasília (UnB), diz que ainda não há ferramentas de controle do Estado, nem uma perspectiva de implantação de medidas para trazer um tratamento respeitoso à comunidade.

Para ela, que esteve à frente da Diretoria de Diversidade da UnB por cinco anos, os dados mostram que essa população não tem o direito à mobilidade plenamente respeitado. “A violência é resultado de um discurso de ódio praticado por referências religiosas e políticas, que acabam se aprofundando e fazendo eco em pessoas que já têm um histórico de fundamentalismo e não têm tanto senso crítico. Assim, acabam por reproduzir as violências”, explica.

Leia mais na página 14

VIAGEM CANCELADA: O preconceito que limita o ir e vir da comunidade

Medo de denunciar dificulta punição

O Distrito Federal foi responsável por 7,6% dos casos de LGBTfobia no transporte público entre janeiro de 2020 e junho 2023, de acordo com dados do Ministério dos Direitos Humanos. É a quarta unidade da Federação com maior registro de casos no canal de denúncia do governo federal, atrás apenas dos três estados mais populosos do país — Rio de Janeiro, que soma 43,5% dos registros; São Paulo (27,2%); e Minas Gerais (10,5%). Não há informações se os casos de violações ocorridas no DF tornaram-se denúncias investigadas pela Justiça ou pela Segurança. O **Correio** questionou a Secretaria de Segurança Pública do DF sobre o número de ocorrências de LGBTfobia no transporte público, mas o dado não existe. O único número referente a esse crime é o geral: foram registrados 64 casos de homotransfobia no DF entre janeiro e dezembro de 2022.

De acordo com o levantamento do **Correio**, das 246 violações registradas pelo Ministério dos Direitos Humanos no transporte público nacional, apenas 63 foram formalizadas em denúncias a serem investigadas.

A pasta informou que as denúncias recebidas pelos canais de ouvidoria são analisadas e encaminhadas aos órgãos de proteção, defesa e responsabilização em direitos humanos. “Em geral, o encaminhamento é feito para a Polícia Civil e para o Ministério Público, buscando os Núcleos de Direitos Humanos desses órgãos. No caso de violação contra uma mulher trans, o encaminhamento é feito para a Delegacia da Mulher.

O abismo entre o número de casos e o montante de denúncias preocupa, afinal, a falta de registro formal impede uma possível investigação e penalização do agressor, além de dificultar que políticas públicas sejam criadas. Para o deputado distrital Fábio Félix, o que impede a comunidade de formalizar queixa é a escassez de delegacias

Para saber mais LGBTfobia criminalizada

Em 13 de junho de 2019, o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou a Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO) 26 e, por maioria da Corte, reconheceu que houve omissão do Congresso Nacional por não editar lei que criminalize atos de homotransfobia. Com isso, a Corte votou pelo enquadramento da homofobia e da transfobia como tipo penal definido na Lei do Racismo (Lei nº 7.716/1989) até que o Congresso edite lei sobre a matéria. Com isso, a LGBTfobia passa a ser classificada como crime, com penas que podem variar de multa até reclusão de cinco anos.

especializadas. A única do DF funciona apenas em horário comercial, lembra o parlamentar, que diz ainda que a estrutura policial apresenta maior risco de situações vexatórias do que de acolhimento à vítima.

Os problemas de formação aparecem até mesmo no preenchimento dos dados. Durante o levantamento realizado pelo **Correio** no portal da Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos, muitos dos registros ignoravam informações importantes, como a identidade de gênero das vítimas, o que invisibiliza a comunidade trans dentro do banco de dados do governo federal.

Susana Xavier diz que é comum que as vítimas se sintam desrespeitadas na hora de realizar uma denúncia. “É um receio do desgaste e também por não ter ferramentas. Já tive conhecimento de vários LGBTs que foram a delegacias comuns e foram alvo de deboche”, acrescenta a professora.

O ir e vir da comunidade LGBTQIAP+

Pesquisa feita pelo Instituto Locomotiva com 1 mil pessoas LGBTQIAP+ acima de 18 anos de todo o país mostrou que o ir e vir dessa parte da população é limitado pela insegurança ou por episódios concretos de violações discriminatórias no transporte



73% dos entrevistados concordam que pessoas LGBTQIAP+ têm mais dificuldades para se deslocar com segurança

56% temem sofrer LGBTfobia nos deslocamentos — o medo aumenta entre pessoas pretas (63%) e homens (65%)

77% têm medo de sofrer assédio ou importunação sexual nos seus deslocamentos — o percentual sobe para 87% entre mulheres negras

4 a cada 10 pessoas entrevistadas afirmam ter mudado a forma de se locomover por medo de LGBTfobia

AGRESSÕES NO TRANSPORTE PÚBLICO

49% da população LGBTQIAP+ que utiliza o transporte público já sofreu alguma situação discriminatória

41% afirmam ter sido meneprezados ou desrespeitados de maneira indireta com olhares e comentários — a média aumenta para 48% entre homens negros

30% foram alvos de expressões LGBTfóbicas/discriminatórias

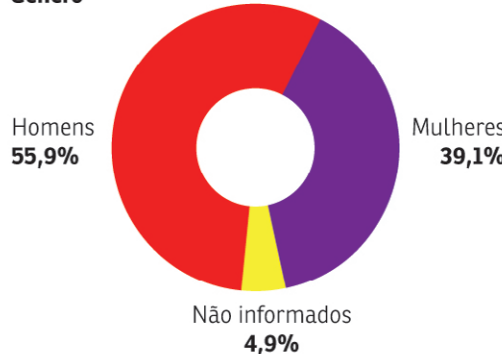
27% foram abordados de maneira desrespeitosa por ser LGBTQIAP+

26% foram xingados por ser LGBTQIAP+

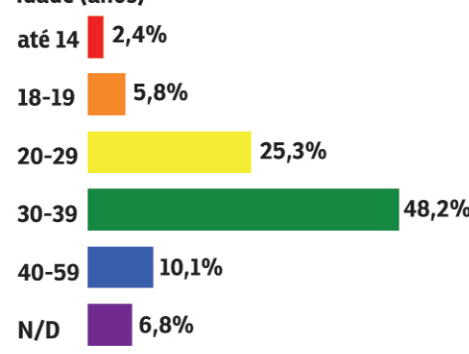
43% sofreram agressões graves como ser ameaçado (14%), ser impedido de entrar no transporte (11%), agressões físicas (10%) e ser impedido de continuar a viagem (8%)

PERFIL DOS AGREDIDOS

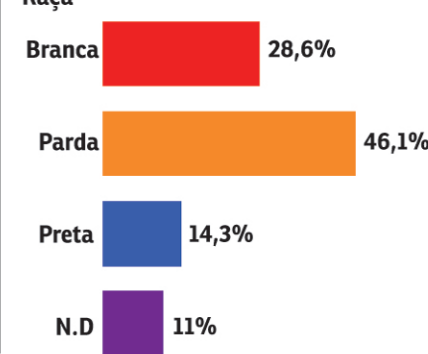
Gênero



Idade (anos)



Raça



Fontes: Ministério dos Direitos Humanos, Instituto Locomotiva com apoio da Uber

Conscientização deve se estender às empresas

Era tarde de 10 de abril de 2017 quando o servidor público Maurício Martins, à época com 24 anos, entrou em um ônibus da empresa Urbi Mobilidade no Pistão Sul, em Taguatinga, em direção ao Taguacenter.

Ativista da causa LGBTQIAP+, Maurício trabalha na organização das Paradas do Orgulho realizadas no Distrito Federal. Naquele dia, ele usava uma camiseta da Parada do Orgulho de Santa Maria. Ao entrar no transporte, ele se sentou em uma das cadeiras da frente, antes da catraca, e logo notou que se tornou o assunto da conversa entre o motorista e o cobrador do ônibus.

Os dois riam e soltavam frases ofensivas como “todo gay vai pro inferno” e “é uma vergonha”. O tom vexatório das ofensas passou a ser acompanhado de um teor religioso. “Os gays só vão parar com essa safadeza quando a mão de Deus pesar sobre eles”, soltou o cobrador. Sozinho, Maurício ficou sem reação. “Por vários momentos, em

conversa com o motorista, o cobrador dizia que pessoas LGBT estavam condenadas ao inferno, que não aceitaria um filho dele ser gay, que trataria ‘na base da porrada’”, conta Maurício.

A situação foi tornando-se cada vez mais agressiva. O cobrador e o motorista começaram a dizer que pessoas como Maurício “mereciam apanhar para criar vergonha na cara”. “Foi quando mais me assustei. Passei a catraca e comecei a filmar, já que a filmagem seria a minha única defesa. Eles eram dois homens de porte médio para grande. Juntos, poderiam me causar um grande estrago”, disse. (Confira a filmagem no site do **Correio**).

O cobrador começou, então, a fazer ataques diretos a Maurício. “Ele começou a dizer que a homossexualidade era uma doença, que não era obrigado a conviver com homossexuais, que era um problema mental e espiritual. Ele disse ‘esse rapaz aí precisa é de tratamento, de psiquiatra pra poder virar homem’”, relembra Maurício.

No momento do crime, havia mais pessoas dentro do ônibus, mas ninguém interveio. Acuado, Maurício puxou a corda do ônibus e decidiu descer. Enquanto deixava o veículo, escutou risadas e gritos dos rodoviários. “Vai mesmo, viadinho”, finalizou o cobrador.

Marcas do trauma

Maurício conta que foi amparado por amigos e levado à 33ª Delegacia de Polícia (Santa Maria), onde registrou um boletim de ocorrência por injúria preconceituosa ligada à orientação sexual. “Entre com uma ação contra a empresa Urbi Mobilidade, uma vez que os funcionários, na prática do exercício, cometeram esse crime”, diz.

Casos como o de Maurício não são a exceção. De acordo com levantamento feito pelo **Correio** a partir dos dados do MDH, em 21% das ocorrências de violação contra LGBTs no transporte público o autor da agressão foi o prestador

de serviço do ônibus ou do metrô.

Mesmo com as filmagens do episódio, os funcionários negaram que haviam cometido homofobia. Foram quatro audiências no Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT), até que a Urbi propôs o pagamento de uma indenização no valor de R\$ 7 mil. O processo foi arquivado, mas nem os rodoviários nem a empresa assumiram a culpa.

O acordo trouxe alívio, mas não apagou o medo que morou dentro de Maurício por anos a partir daquele episódio. “Tive que fazer acompanhamento psicológico. Eu me sentia perseguido, uma vez que a gente anda de transporte público, e essa empresa presta serviço até hoje no DF. Ficava com medo de retaliações por causa do processo e do boletim de ocorrência, o que me fez desenvolver síndrome do pânico”, explica.

A reportagem tentou contato com a Urbi Mobilidade, mas não obteve retorno até a publicação desta matéria.

Material cedido ao Correio



Vítima de homofobia em ônibus, Maurício Martins registrou BO

Felicidade cerceada pelo preconceito

Alguns fatores aumentam o nível de periculosidade nos vagões e nos trajetos de ônibus para pessoas LGBTQIAP+. Um deles é exercer livremente a identidade, seja por meio de roupas, seja de trejeitos ou pela demonstração de afeto.

Para a professora da UnB Susana Xavier, o medo de demonstrar afeto é uma das maiores violências contra as pessoas LGBTQIAP+ ao se locomover pela cidade. A especialista afirma que não ter direito de ser quem se é significa uma castrição da felicidade, o que impede uma vida saudável, e que isso passou a ser “uma forma de repressão naturalizada e até bem aceita”. “Se você não tem o direito de estar e de ser, com liberdade, pela cidade, você não vive livremente”, pontua. O Brasil está longe do ideal de

respeito à diversidade no transporte público, e as violências cometidas contra a comunidade devem ser combatidas em diferentes frentes, afirmam os especialistas. Susana Xavier avalia ser urgente o Estado, “independentemente de ideologia política”, entrar na luta para combater as violências.

A professora também acredita que as empresas que fornecem os meios de transporte devem focar na formação dos colaboradores. “Campanhas aleatórias não resolvem o problema, a questão é uma formação dos trabalhadores e trabalhadoras, para que haja a visão da pluralidade e da diversidade, com cobrança de desempenho e com levantamento da satisfação do passageiro para monitoramento”, desenha Susana.

Ações em curso

A Secretaria de Transporte e Mobilidade do DF (Semob-DF) realiza campanhas de esclarecimento sobre desrespeito e discriminação contra mulheres, idosos, crianças e pessoas com deficiência, incluindo o combate a importunação sexual e assédio. No entanto, não há peças relacionadas à comunidade LGBTQIAP+. Questionada pelo **Correio**, a pasta informou que poderá incluir o tema nas próximas campanhas.

A Semob não tem competência para fiscalizar ou investigar episódios de homotransfobia dentro do transporte público. Segundo a pasta, em casos de denúncia dentro dos veículos, os motoristas são orientados a acionar a polícia ou

conduzir o transporte até a delegacia mais próxima.

Depois do levantamento feito pelo **Correio**, o deputado Fábio Félix disse que vai “apresentar alguns projetos de indicação ao Governo do Distrito Federal e convidar a Secretaria de Mobilidade para uma reunião”.

“Vamos exigir medidas. Tanto exigir que haja formação dos profissionais do transporte público geral — rodoviário e metroviário — e cobrar, também, algumas diretrizes para cada empresa. A gente pode até ter um projeto de lei que trata sobre essa questão”, afirmou o deputado.

LEIA AMANHÃ
Violência nos transportes faz pessoas trans se isolarem



Deputado distrital Fábio Félix vai convocar reunião com a Semob

Ed Alves/CPDA/Press

VIAGEM CANCELADA: O preconceito que limita o ir e vir da comunidade

Pressionados a se tornarem

INVISÍVEIS

Transfobia no transporte público afasta a comunidade T do convívio social e priva essa parcela da população de uma vida digna

» ALINE BRITO
» PEDRO GRIGORI
» TALITA DE SOUZA

O medo e a sensação de insegurança fazem uma pessoa transexual sair menos de casa do que uma cisgênero — que se identifica com o sexo biológico. A hostilidade dos ambientes públicos se evidencia nos transportes coletivos e em carros por aplicativo, em agressões que vão desde pessoas se levantarem do banco após uma travesti sentar na cadeira ao lado até um motorista arrancar com o carro ao notar a identidade de gênero de quem solicitou a viagem.

Um levantamento feito pelo Instituto Locomotiva evidencia o grau do problema: a cada 100 pessoas trans, 44 dizem já ter sido vítimas de transfobia em ônibus ou metrô; 22 já foram agredidas fisicamente e 23 já foram impedidas de continuar a viagem. Ao apelar para um transporte por aplicativo ou táxi, 20% desta população tem dificuldade para ter a corrida aceita por um motorista, e 22% já foram até mesmo xingadas pelo condutor do veículo.

Na segunda reportagem da série Viagem cancelada, o **Correio** mostra como não ter o direito de ir e vir respeitado dificulta o acesso da população trans a uma vida mais digna. Obrigada a se isolar longe dos espaços públicos, a comunidade T fica mais distante de uma oportunidade de emprego, do acesso à saúde e até mesmo da possibilidade de lazer.

Vencidos pelo medo

“Infelizmente, pessoas trans saem menos de casa. É um dado extremamente assustador, exatamente porque o ambiente coletivo

Arthur Menescal/Esp.CB



Ludymilla Santiago percebe olhares e atitudes diferentes quando entra no transporte público



Agressão a professora trans em Recife foi gravada por testemunhas

não é seguro. Seja um banheiro, seja uma festa ou um transporte público”, declara Bruna Benevides, secretária de articulação política da Associação Nacional de Travestis e Transsexuais (Antra), com base nas análises feitas pela associação.

A especialista explica que um dos objetivos dos episódios de preconceito é tornar o dia a dia de mulheres e homens trans tão violento, penoso e inseguro, que a única opção dessas pessoas seja se isolar em casa e deixar de ocupar o espaço público. “Basta qualquer um se perguntar: onde estão as pessoas trans dentro dos ambientes sociais, coletivos e do transporte público?”, indaga.

“São pessoas que saem menos

para trabalhar, visitam menos as suas famílias e têm menos atividades de lazer, com medo de serem agredidas na rua”, diz Renata Meirelles, presidente do Instituto Locomotiva, responsável pela pesquisa. Os relatos de episódios de transfobia se acumulam, mas não são contabilizados pelo Estado. Sem o preenchimento adequado do campo de gênero das denúncias recebidas pelo Ministério dos Direitos Humanos, não há como saber quantos dos 246 casos de LGBTfobia no transporte público ou por aplicativo registrados pela pasta nos últimos três anos ocorreram com representantes da letra T.

“A ausência de dados também é resultado de uma cultura

de segurança pública que cria um ambiente tão violento que as pessoas não se sentem seguras para fazer esse tipo de denúncia”, explica Bruna. Somado a isso, há uma descrença no Judiciário. “Existe um descrédito na Justiça, que não dá o devido encaminhamento aos casos, e as pessoas passam a achar que processar ou denunciar não vai dar em nada”, completa.

Violência velada

Os episódios de preconceito nos coletivos nem sempre ocorrem de maneira explícita e com agressões físicas ou verbais. A assessora parlamentar Ludymilla Santiago, 40 anos, conta que só notou muitos dos reflexos da transfobia meses depois de vivenciá-los. “Acontece de algumas pessoas se incomodarem com a sua presença em um coletivo e mudarem de lugar quando você se senta perto. No começo, você acha que é apenas coincidência, mas com o tempo e a vivência, entende que foi um processo de transfobia”, desabafo.

Ela relembra um confronto que ocorreu dentro do vagão exclusivo para mulheres do metrô de Brasília. “Assim que me sentei na cadeira, a senhora que estava ao meu lado disse que aquele não era meu vagão, e se levantou do lugar”, conta. Surpresa, Ludymilla disse que “transfobia é crime”. “Eu estava com minha irmã, fiquei nervosa e não consegui ter uma reação mais incisiva. Passar por situações como essa é uma coisa para a qual nunca se está preparado”, diz. “A transfobia diz que nós não podemos utilizar o transporte coletivo, e que se queremos ser trans, que isso seja dentro das nossas casas. Porque o objetivo dos transfóbicos é fazer com que nossos corpos trans não existam”, completa Ludymilla.

35 anos

É expectativa de vida de uma pessoa transexual no Brasil

77 anos

É expectativa de vida da população geral no Brasil

País que mais mata trans

Em janeiro deste ano, a Antra entregou ao Ministério dos Direitos Humanos um dossiê sobre o assassinato de 131 transexuais e travestis por questões de gênero em 2022 — número que deixa o Brasil na liderança entre os países que mais matam trans pelo 14º ano seguido.

Uma característica comum dos casos de LGBTfobia é a brutalidade e perversidade, diz o relatório *Livres e Iguais*, da Organização das Nações Unidas (ONU) pela Igualdade LGBT. “Ataques a pessoas por causa de sua orientação sexual ou identidade de gênero são muitas vezes impulsionados por um desejo de punir aqueles vistos como desafiantes das normas de gênero e são considerados uma forma de violência de gênero”, diz a organização.

E os LGBTQIAP+ não são os únicos vulneráveis a essa violência: a ONU destaca que a “mera percepção de homossexualidade ou de identidade transgênero é suficiente para colocar as pessoas em risco”.

As agressões que ocorrem no transporte público fazem parte de uma realidade já constatada pelos dados da Antra: é nos espaços coletivos onde mais transexuais são violentados e até mesmo assassinados. Devido aos frequentes episódios, a Antra está desenvolvendo campanhas e cartilhas com orientações de autoproteção diária para a comunidade T.

“Quando pegarem um transporte por aplicativo, compartilhem a sua localização com alguém de confiança. Quando estiverem dentro do transporte coletivo, não fiquem muito distraídas com o fone de ouvido, prestem atenção no que está acontecendo ao seu entorno. Evitem as poltronas da janela, porque nelas fica mais difícil fugir em um caso de assédio ou violência. E, principalmente, denunciem os casos e construam um ambiente social que possa reconhecer que esse tipo de violência não pode ser naturalizado”, explica a especialista Bruna Benevides.

Calada a tapa por policial

O sentimento de que uma denúncia não daria em nada passou pela cabeça de uma vítima de transfobia em Pernambuco. “Seria a palavra de uma trans contra a de um policial”, diz a mulher de 26 anos que levou um tapa na cara desferido por um militar que deveria protegê-la. Professora da rede municipal de Recife, ela pede para não ter o nome divulgado por temer retaliações. A violência que a mulher sofreu ocorreu em janeiro deste ano, e repercutiu em todo país após o vídeo da agressão viralizar nas redes sociais.

Em um dia de domingo, a professora estava com o companheiro em um ônibus na Zona Sul de Recife quando ouviu três passageiros a xingarem. “Meu companheiro olhou para trás e falou: ‘É comigo?’. Foi nessa hora que se juntaram os três meninos que estavam lá atrás e vieram com tudo para cima da gente”, conta.

Os homens, segundo ela, não usavam blusa e aparentavam estar bêbados. O motorista parou o ônibus no terminal e os agressores desceram. Ao avistar um grupo de policiais militares, a professora também saiu, para denunciar a transfobia. No entanto, antes de poder se explicar, levou um tapa no rosto desferido pelo policial. “Na hora que eu levei o tapa dele (o policial), gritei que era professora, e um outro

policial já começou a pedir desculpa”, conta.

Tanto o casal quanto os agressores foram levados até a Central de Plantões da Capital (Ceplanc). Ela decidiu não prestar queixa contra o grupo, pois se tratavam de moradores da mesma comunidade onde vive. Mas decidiu ir adiante na denúncia contra o PM. “Com o vídeo e a repercussão, procurei meus direitos. Eu lutei muito na minha vida para ser respeitada na sociedade como uma mulher trans. Cada dia ao acordar é uma batalha, e quando termina o dia é sempre agradecer a Deus por estar viva”, diz a educadora.

Procurada pelo **Correio**, a Corregedoria Geral da Secretaria de Defesa Social de Pernambuco informou que todas as providências disciplinares acerca do caso foram tomadas e que um dos envolvidos foi punido disciplinarmente com 21 dias de detenção. “Além disso, segue em trâmite na PMPE um inquérito policial militar que objetiva apurar possível indício de crime militar durante a ação policial”, informou a corporação, em nota.

LEIA AMANHÃ
Carros por aplicativo tornaram-se cenários de agressões contra a comunidade LGBTQIAP+

Duas perguntas para DUDA SALABERT

Deputada federal (PDT-MG) e mulher transexual

Levantamentos do Instituto Locomotiva e da Antra mostram que as pessoas trans usam menos o transporte público por temer o preconceito. O que pode ser feito para melhorar essa situação?

Tenho insistido em dizer que nós pessoas trans ainda não conquistamos o direito à humanidade. O acesso ao transporte público e de qualidade é fundamental para o direito à cidade, para que as pessoas possam usufruir do espaço urbano, seja para o lazer, seja para o trabalho ou o que mais a cidade ofereça. A população trans acaba habitando, em sua maioria, apenas espaços marginais, nas esquinas pela madrugada. Como consequência, fica excluída de usufruir muito do que a vida na cidade pode oferecer. É raro você ver uma travesti num shopping, se divertindo num parque ou até mesmo utilizando algum equipamento público pela manhã. Para mudar isso precisamos de um conjunto complexo de ações que combine ações pedagógicas para treinar os funcionários das empresas de transportes públicos e privados sobre a importância do respeito às pessoas LGBT, com regulações que permitam a

responsabilização das empresas que violem os direitos LGBT.

Apenas um quarto dos episódios de homotransfobia nos transportes viram uma denúncia a ser investigada. O que pode ser feito para tornar mais fácil o processo de denúncia de casos de homotransfobia?

Conseguimos avanços jurídicos de reconhecer que a discriminação por orientação sexual e identidade de gênero não são aceitas pelas nossas leis, mas ainda há um gargalo de colocar isso na prática e começa justamente em instituições que são responsáveis pelo acolhimento e investigação. É uma série de problemas. O acolhimento é o primeiro passo. Precisamos treinar esses servidores públicos para acolher adequadamente essas denúncias. A investigação é o segundo. É comum que os investigadores não saibam perceber as especificidades das violências LGBTfóbicas ou nem as reconheçam como violência, impedindo o andamento do caso. Há também uma dificuldade de que os instrumentos de coleta de informações, como os boletins de ocorrência, nem sempre possuem campos específicos que permitam identificar que a vítima é LGBT e que a motivação do crime foi a LGBTfobia. Como parlamentar tenho atuado para mudar

Pablo Valadares/Câmara dos Deputados



isso. Enquanto vereadora, criei o Projeto Cintura Fina, em parceria com a secretaria municipal de BH, que tinha como objetivo ambicioso zerar as violências LGBTfóbicas na cidade. A partir dele, dedicamos uma emenda para treinar a guarda municipal em temas LGBT e também estimulamos a maior aproximação das forças policiais. Agora como deputada apresentei um Projeto de Lei para que os boletins de ocorrência de todo o país passem a identificar se a vítima é LGBT e se a motivação do crime é a LGBTfobia.

VIAGEM CANCELADA: O preconceito que limita o ir e vir da comunidade

Comunidade SEM SAÍDA

Violência se alastra também nas viagens de táxi e por aplicativo, e deixa a comunidade LGBTQIAP+ com as alternativas para se locomover restritas

» ALINE BRITO
» PEDRO GRIGORI
» TALITA DE SOUZA

A violência que atinge a comunidade LGBTQIAP+ no transporte público reverbera também em espaços considerados mais seguros pelos usuários. Levantamento feito pelo **Correio** a partir de dados disponíveis no painel da Ouvidoria Nacional do Ministério dos Direitos Humanos identificou 46 casos de violação contra membros da comunidade LGBTQIAP+ dentro de táxis ou de transportes por aplicativo entre janeiro de 2021 e junho de 2023. Nos registros, não há sequer um caso em que o motorista responsável pela agressão seja do sexo feminino, enquanto, no banco do passageiro, mais de 78% das vítimas são mulheres. Na última reportagem da série **Viagem cancelada**, o **Correio** mostra o que membros da comunidade LGBTQIAP+ enfrentam ao ficarem dentro de um carro com motoristas que dizem que ali “quem manda são eles”.

Traço controverso

Táxis ou carros solicitados por aplicativo também tornaram-se ambiente para um outro crime cruel contra a comunidade LGBTQIAP+: o assédio sexual, que ocorre principalmente contra mulheres trans e travestis. Os casos evidenciam um traço controverso do Brasil: o país que mais mata pessoas trans é o maior consumidor de pornografia com travestis.

Desde 2016, quando sites de conteúdo erótico como Pornhub, Xvideos e RedTube começaram a divulgar rankings de consumo, o Brasil aparece como o país que mais consome pornografia com transexuais. Os dois dados estão intimamente relacionados, explica Bruna Benevides, secretária de Articulação Política da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra).

“Isso demonstra, de certa forma, os reflexos de uma sociedade que é sexualmente reprimida. Pessoas que estão dentro de uma formação tóxica de masculinidade e de uma composição de família heteronormativa como único padrão possível. Elas acabam sublimando os seus desejos e extravasando na hora que encontram um corpo transsexual”, explica Bruna.

Um dado recente mostra que o grau dessa violência sexual segue em crescimento. De acordo com o novo Anuário

da Segurança Pública do Brasil, divulgado na última semana, os registros de estupro contra membros da comunidade LGBTQIAP+ tiveram um aumento de 126% entre 2018 e 2022, chegando ao número de 199 no ano passado. “Temos pessoas que tentam nos violar, nos violentar e chegam até mesmo a nos assassinar como uma forma de talvez se ver livre do seu próprio desejo”, diz Bruna sobre os casos.

Desrespeito constante

Produtora cultural, Carol Ribeiro, 32 anos, teve de aprender a lidar com as insistentes cantadas e os pedidos de interação sexual de motoristas de transporte por aplicativo. Servidora em um órgão público, a moradora de Planaltina escolheu a modalidade de locomoção individual por ser mais prática: ao acionar o serviço no horário em que precisa, ela evita o desgaste de esperar um ônibus por um grande período de tempo em horários comerciais.

No entanto, Carol, uma mulher trans, não esperava que o uso de um serviço pago de transporte a obrigaria a manter-se em posição defensiva durante as viagens de mais de 50km entre Planaltina e o Plano Piloto, onde trabalha. Usuária diária do transporte por aplicativo, ela coleciona histórias de assédio “de todos os tipos que se pode imaginar”,

pontua. “Desde o cara falar algo de conotação sexual sobre minha roupa até perguntar quanto eu cobro pelo programa.”

Certa vez, Carol se deparou com um pedido inusitado: um motorista pediu para ver o pé dela e tentou “barganhar” ao dizer que, se ela mostrasse, não cobraria a viagem. “Logo quando ele chegou para me buscar, insisti muito para que eu sentasse no banco da frente, e eu não costumava ir na frente, até em carro de amigos, eu não gostaria de ir na frente”, lembra. Em outro momento, enquanto estava a caminho de uma consulta no dentista, um motorista começou a perguntar se a produtora cultural fazia “programa” e quanto ela cobrava.

Carol evita discussões com os motoristas por segurança mas lembra que, em uma das vezes, revidou as falas ofensivas. A caminho do serviço, estava com uma blusa de renda com um decote comum em roupas femininas. “O motorista quando me viu começou a falar coisas que sugeriam que eu estava fazendo

Passageiros à margem

As vítimas de LGBTfobia no transporte por aplicativos e em táxis

78,2% são mulheres

21,7% são homens

34,7% são brancos

36,9% são pardos

26% são pretos

6,5% têm entre 18 e 19 anos

36,9% têm entre 20 e 29 anos

30% têm entre 30 e 39 anos

4% têm entre 40 e 49 anos

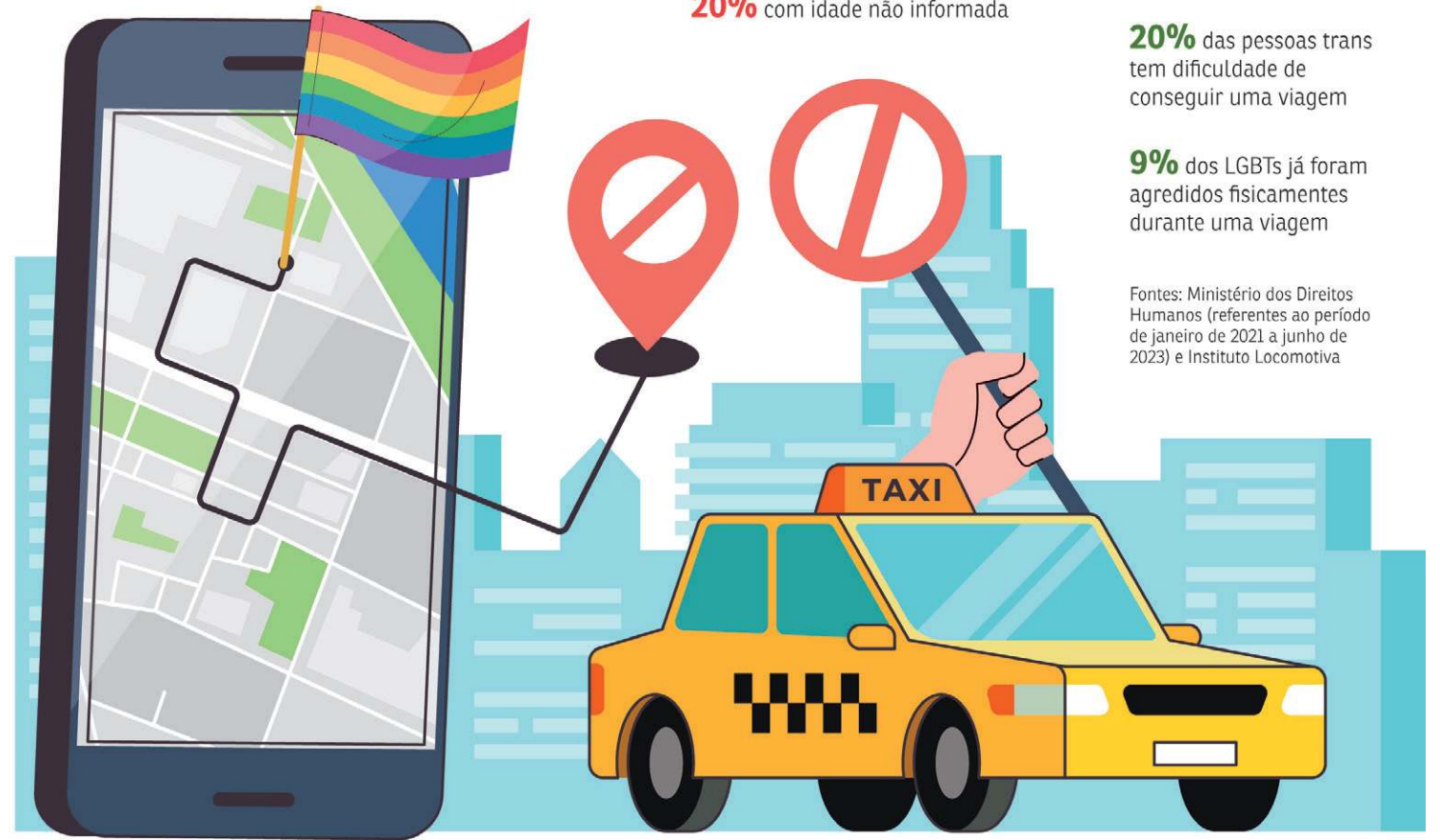
20% com idade não informada

39% dos LGBTs já sofreram preconceito em um transporte por aplicativo

20% das pessoas trans tem dificuldade de conseguir uma viagem

9% dos LGBTs já foram agredidos fisicamente durante uma viagem

Fontes: Ministério dos Direitos Humanos (referentes ao período de janeiro de 2021 a junho de 2023) e Instituto Locomotiva



Fotos: Arquivo Pessoal



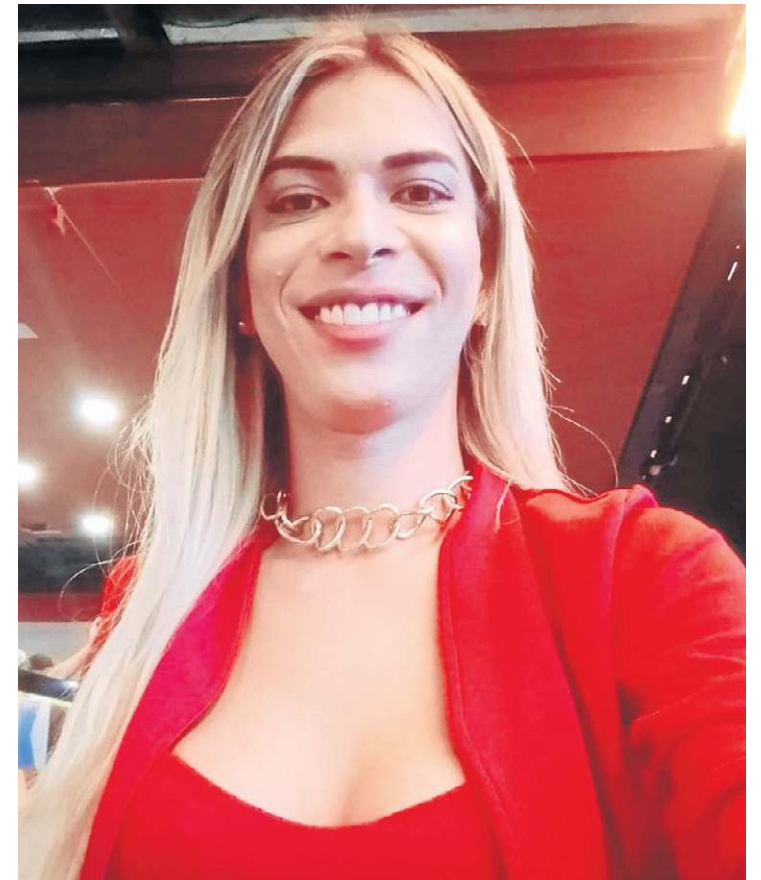
Bruna Benevides, da Associação de Travestis e Trans: corpos violados

programa ou em busca de um parceiro. Eu fiquei estressada, discuti, o chamei de idiota e disse que minha roupa não me definia”, lembra, ao citar que a discussão não passou disso.

Desumano

A deputada federal Duda Salabert (PDT-MG), uma das

primeiras transexuais no Congresso Nacional, diz que uma das formas de a transfobia desumanizar os corpos trans é por meio da sexualização. “A sociedade de expulsão das travestis de suas casas, das escolas e nega trabalhos formais, restando a prostituição como a única possibilidade de renda. A prostituição, no caso da imensa maioria das travestis, não



Carol Ribeiro relata preconceito nas viagens feitas por aplicativo

é uma opção, mas uma sentença dada pela sociedade”, diz.

A parlamentar completa dizendo que muitas pessoas estão sempre relacionando uma pessoa trans com ato sexual. “A sociedade reduz toda a nossa vida ao sexo, como se fôssemos atentados ao pudor ambulantes. Para o olhar de pessoas transfóbicas, mesmo que uma pessoa

trans esteja fazendo a coisa mais banal do mundo, como ler um livro em uma praça, é percebido como sexual, como uma oferta, como se nossos corpos estivessem sempre disponíveis para servir aos desejos das pessoas cis”, observa. “Nos acusam de ser excessivamente sexualizadas, mas não somos: é a nossa sociedade que é”, completa.

Ações por diversidade e respeito

O governo federal e as plataformas de mobilidade urbana Uber, 99 e Buser assinaram um protocolo de intenções, publicado no *Diário Oficial da União* em 5 de julho deste ano, com ações de proteção e promoção de direitos da comunidade LGBTQIAP+.

A publicação formaliza os 10 Compromissos para a Proteção de Direitos das Pessoas LGBTQIAP+ em Aplicativos de Mobilidade. Entre as metas, as empresas se

comprometeram a adicionar mecanismos de denúncias nos aplicativos em que seja possível nomear manifestações de discriminação contra pessoas LGBTQIAP+. As empresas devem também desenvolver protocolos que incluam suporte psicológico às vítimas, acompanhados de medidas de prevenção para futuros episódios violentos.

Uma questão que ficou de fora da meta é uma ação mais efetiva contra motoristas que cometam

homotransfobia contra os passageiros. De acordo com Alexandre Gastaldi, coordenador do Observatório de Mortes e Violências contra LGBTQI+ no Brasil, é necessário investir na formação dos motoristas e cobrar o respeito das regras impostas pelas empresas de aplicativo.

“Os próprios aplicativos já têm algumas regras ditas aos motoristas, mas não há ninguém controlando o que ocorre nos carros. A empresa só vai

saber se as pessoas fizeram a denúncia. É um ciclo que não terá mudança espontânea”, pontua.

Para ele, a definição de um plano contínuo de formação é uma solução. “A educação é a chave para tudo. As empresas poderiam exigir, para liberar o cadastro dos motoristas, um curso não tão extenso em que ele tem contato com práticas de respeito à cidadania e à diversidade, com aplicação de prova e renovação de três em três meses”, sugere.

Campanha

Em junho deste ano, a Uber lançou a campanha “Orgulho em movimento”, e criou o *Guia para Aliados*, para ajudar motoristas e passageiros a terem uma experiência mais segura na plataforma, “não importa como se identifiquem”, diz a peça. O **Correio** observou grupos nas redes sociais com motoristas de transporte por aplicativo e encontrou postagens críticas às campanhas contra a homofobia. “Se beijar dentro do meu (carro) desce na hora e, se achar ruim, desce

embaixo de cassetete”, diz um motorista. Na resposta do comentário, outros concordam.

A professora Susana Xavier, membro do Conselho de Direitos Humanos da Universidade de Brasília (UnB), acredita que a falta de legislação permite que o motorista aja de acordo com “os princípios” dele, e não a partir de regras definidas pela empresa. “O carro é dele (motorista), o tempo é dele, todas as ferramentas para o serviço são dele. Então, ele faz o que quer, atende como quer, de acordo com seus princípios, que às vezes são violentos e opressores.”